social, subscrito por todos os sócios, na proporção de quarenta e cinco mil euros, por cada, que elevam cada uma das suas respectivas quotas para o valor nominal de quarenta e sete mil euros.

Mais declararam, sob sua inteira responsabilidade, que não é exigida pela lei, ou pelo contrato, a realização de outras entradas.

b) Alterar o respectivo pacto social quanto aos seus artigos 3.º e 4.º, que passam a ter as seguintes redacções:

3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cento e quarenta e um mil euros e corresponde à soma de três quotas, do valor nominal de quarenta e sete mil euros, cada, uma de cada sócio.

4.º

1 — A administração e gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, incumbirá a sócios ou não sócios, designados em assembleia geral.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios Carlos Gaspar da Silva Carlos Manuel Pereira da Silva, mantendo as suas funções de gerente o sócio Enio Gaspar Neto.

3 — A sociedade obriga-se validamente, em todos os seus actos e contratos, com a intervenção do gerente Carlos Manuel Pereira da Silva, conjuntamente com um dos restantes gerentes.

O texto completo e actualizado do contrato, fica depositado na respectiva pasta.

Conferido, está conforme.

30 de Junho de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Natália Maria Monteiro Pragosa Félix*.
2004213205

MOTASSIS — PLÁSTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Pombal. Matrícula n.º 110; identificação de pessoa colectiva n.º 500197954; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 24 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 25; números e data das apresentações: 12 e 13/20040916.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, por deliberação de 30 de Março de 2004, foram reconduzidos os membros do conselho fiscal e do conselho de administração para o quadriénio 2004-2007.

Conferida, está conforme.

7 de Outubro de 2004. — A Conservadora, *Teresa Clara dos Santos Lebre*.
2007030373

PLURIGRUAS MONTAGEM E REPARAÇÃO DE GRUA & UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Pombal. Matrícula n.º 2802; identificação de pessoa colectiva n.º 505501384; número e data da apresentação: PC-01/200401716.

Certifico que foi efectuada a prestação de contas referente ao ano de 2003 com depósito na pasta dos respectivos documentos.

27 de Junho de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Natália Maria Monteiro Pragosa Félix*.
2004528532

QUASE BOM — COMÉRCIO DE ELECTRODOMÉSTICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Pombal. Matrícula n.º 2232; identificação de pessoa colectiva n.º 504479814; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 06/20040803.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, o pacto social foi alterado quanto ao artigo 6.º, conforme se segue:

ARTIGO 6.º

A gerência será exercida pelo sócio Carlos Alberto da Conceição dos Santos, e ainda pelos gerentes, eventualmente a nomear em as-

sembleia geral, mesmo estranhos à sociedade, com ou sem remuneração, conforme foi deliberado em assembleia geral.

O texto completo e actualizado do contrato, fica depositado na respectiva pasta

Conferido, está conforme.

17 de Agosto de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Natália Maria Monteiro Pragosa Félix*.
2004528761

MOTA & DUARTE — ACTIVIDADES HOTELEIRAS E TURÍSTICAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Pombal. Matrícula n.º 3215; identificação de pessoa colectiva n.º 506039030; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 2 e 3/20050317.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, que o pacto social foi alterado quanto aos artigos. 3.º, 4.º, conforme a seguir se segue:

Mais certifica que o sócio António Francisco Duarte renunciou à gerência em 17 de Dezembro de 2004.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de cinco mil euros, distribuído por duas quotas iguais do valor nominal de dois mil e quinhentos euros cada, uma de cada um dos sócios, Vítor Manuel Gonçalves da Mota e Maria Alice Sobral Azevedo.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, incumbe aos sócios, Vítor Manuel Gonçalves da Mota Maria Alice Sobral Azevedo, que desde já ficam nomeados gerentes ou a quem vier a ser nomeado em assembleia geral.

2 — Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, nomeadamente na compra e venda de viaturas automóveis é suficiente a assinatura de um só gerente.

O texto completo e actualizado do contrato, fica depositado na respectiva pasta.

Conferido, está conforme o original.

31 de Março 2005. — A Primeira-Ajudante, *Natália Maria Monteiro Pragosa Félix*.
2006187503

POMBALDIESEL — COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Pombal. Matrícula n.º 3636; identificação de pessoa colectiva n.º 507036476; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 22/20040716.

Certifico que Rogério Paulo e Silva Santos e mulher Cristina Maria Antunes Pedrosa Santos, constituíram a sociedade em epígrafe, conforme a seguir se segue:

ARTIGO 1.º

A sociedade a adopta a firma POMBALDIESEL — Comércio e Reparação de Veículos Automóveis, L.ª

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Zona Industrial da Formiga, lote 8, freguesia e concelho de Pombal.

2 — Por deliberação da gerência a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — A gerência poderá criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação social, onde e quando o julgar conveniente.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto: reparação de veículos automóveis. Comércio de veículos automóveis ligeiros e seus acessórios.

O capital social, integralmente subscrito dinheiro, é de trinta mil euros, e corresponde à soma de duas quotas, do valor nominal de quinze mil euros, cada, uma de cada sócio.

§ único. Nesta data cada um dos sócios já realizou cinquenta por cento da sua participação social, devendo cada um deles realizar os restantes cinquenta por cento no prazo de um ano a contar de hoje.

ARTIGO 5.º

Por deliberação unânime dos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até vinte vezes o capital social, desde que naquela deliberação sejam fixados os respectivos termos e condições.

ARTIGO 6.º

Poderão ser feitos suprimentos à sociedade desde que, por deliberação unânime dos sócios, sejam fixados os respectivos termos e condições.

ARTIGO 7.º

1 — A administração e gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, incumbirá a sócios ou não sócios, designados em assembleia geral.

2 — A sociedade obriga-se validamente em todos os seus actos e contratos com a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados ambos os sócios.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo que estas tenham objecto diferente do seu ou sejam reguladas por leis especiais, podendo ainda integrar agrupamentos complementares de empresas e constituir associações em participação e consórcios.

ARTIGO 9.º

A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre os sócios, mas a cessão a estranhos carece do consentimento da sociedade, que goza de direito de preferência, em primeiro lugar e os sócios não cedentes, em segundo lugar.

ARTIGO 10.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio se a mesma for penhorada, arrolada ou arrestada ou, em geral, apreendida judicial ou administrativamente, ou se, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem o prévio consentimento da sociedade, quando devido.

Conferido, está conforme o original.

27 de Julho 2004. — A Primeira-Ajudante, *Natália Maria Monteiro Pragas Félix*.
2004528524

LOPES & COUTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Pombal. Matrícula n.º 3716; identificação de pessoa colectiva n.º P 507232933; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 04/20050126.

Certifico que entre Paulo Jorge Pedrosa Lopes e António Manuel Fernandes Couto foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Lopes & Couto, L.ª, e tem a sua sede na Urbanização da Quinta da Casinha, lote 2, freguesia, concelho e cidade de Pombal.

2 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio de peças e acessórios para veículos automóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de dez mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de cinco mil euros cada, pertencentes uma a cada uma dos sócios Paulo Jorge Pedrosa Lopes e António Manuel Fernandes Couto.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme for deliberado, ficará a cargo de quem vier a ser designado em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada nos seus actos e contratos é necessário a intervenção conjunta de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;

c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Por deliberação em assembleia geral poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global igual a vinte vezes o capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer nas condições de retribuição e reembolso, que forem fixadas em assembleia geral.

Conferido, está conforme.

2 de Fevereiro de 2005. — O Ajudante, *Rui Luís Henriques*.
2007027461

MARIA DA CONCEIÇÃO & FERNANDO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Pombal. Matrícula n.º 3670; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 13/20040927.

Certifico que Maria da Conceição Pinto Rodrigues e Fernando da Silva Cordeiro, casados, constituíram a sociedade em epígrafe, conforme a seguir indicado:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Maria da Conceição & Fernando, L.ª, e tem a sua sede na Urbanização da Fonte Nova, lote 3, rés-do-chão, freguesia, concelho e cidade de Pombal.

2 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.